

OBSERVAÇÃO DE AULAS EM CONTEXTO DE ADD: FUNÇÃO CLASSIFICATÓRIA OU EMANCIPATÓRIA DA CLASSE DOCENTE?

Paula Arnaud Dias*

RESUMO: *Com a crescente complexidade da sociedade atual novos desafios e funções são pedidos às escolas e estas necessitam de desenvolver no seu interior modelos de supervisão colaborativa que promovam uma cultura de trabalho reflexivo e dialogante. Através desta ação e atitude estaremos a estimular o desenvolvimento da autonomia dos docentes e da organização escolar visando a construção de um ensino e de uma escola de qualidade. É dentro deste quadro de referência que surge a observação de aulas no âmbito da avaliação de desempenho (ADD) e fomos investigar de que forma o processo foi implementado e “vivido” em duas escolas onde exercemos a função de avaliadora e avaliada. Nesse sentido, foram analisadas as grelhas de observação de aulas e ouvidos os seus atores educativos (avaliadores e avaliados) relativamente ao impacto que a observação de aulas teve no seu desenvolvimento/crescimento profissional e da organização educativa no seu todo.*

Pretendeu-se investigar se o processo de observação de aulas, nestas duas organizações, foi monitorizado segundo um modelo de supervisão escolar reflexivo e integrado num projeto de escola ou se apenas se limitou a um mero ato administrativo, burocrático e de avaliação sumativa. Toda a investigação teve como finalidade dar resposta à questão que norteou todo o nosso trabalho: Observação de aulas em contexto de ADD: função classificatória ou emancipatória da classe docente?

Palavras-chave: Supervisão pedagógica; supervisão escolar; supervisão clínica; observação de aulas; avaliação do desempenho; supervisor; professor reflexivo; dimensão formativa; dimensão sumativa; mudança; escola aprendente.

INTRODUÇÃO

* Professora do QE (grupo 510). Mestre em Ciências da Educação – Especialização em Administração e Organização Escolar (UCP) e formação especializada em Inspeção da Educação e em Supervisão Pedagógica e Avaliação de Docentes (UCP).

Com a massificação e democratização do ensino, a escola dos nossos dias tornou-se num local de maior complexidade e de grande heterogeneidade de alunos. Assim, novas competências e responsabilidades são exigidas à escola de hoje, que passam necessariamente pela construção de uma escola de todos e para todos, onde a educação, em particular o ensino e a aprendizagem de qualidade, se tornou ainda mais importante na vida dos indivíduos.

Estas novas “necessidades” da escola de massas vieram exigir novas tarefas e responsabilidades aos professores, com vista à integração de toda a população escolar e à promoção do sucesso educativo de todos e de cada um.

Partindo do princípio de que, para a melhoria da qualidade da escola, é fundamental a ação docente, torna-se particularmente relevante o desenvolvimento profissional do professor, enquanto agente de mudança nesse contexto. Nesta perspetiva, a supervisão pedagógica adquire um papel particularmente relevante, no sentido de ajudar o docente no aperfeiçoamento das suas práticas, valorizando a reflexão sobre a ação e dando ênfase ao caráter formativo da avaliação docente.

É neste processo de supervisão pedagógica e de avaliação do desempenho docente que surge a observação de aulas como mais uma ferramenta poderosíssima ao serviço da melhoria da qualidade do ensino e da mudança na escola.

Esta observação deverá ser desenvolvida segundo um modelo de supervisão clínica uma vez que este é reconhecido como uma estratégia de supervisão com grandes potencialidades formativas e que potencializa o desenvolvimento profissional e organizacional. A supervisão clínica é um processo de observação-reflexão-ação sobre a prática, centrada na resolução de problemas, o que implica uma colaboração estreita entre observador-observado (Alarcão & Tavares, 2003).

Assim, a observação de aulas em contexto de ADD, deverá ser implementada segundo um modelo reflexivo de avaliação de docentes e enquadrar-se num projeto de avaliação global da escola que vise o desenvolvimento pessoal e profissional dos docentes, a melhoria do serviço educativo prestado e o reforço do trabalho colaborativo, com vista ao sucesso educativo dos alunos (Reis & Alves, 2009, p. 3910).

O presente trabalho pretendeu analisar de que forma o processo de observação de aulas, no âmbito da avaliação de desempenho docente, foi monitorizado em duas escolas (Escola A e B) onde fomos parte integrante no processo de avaliação de docentes (desenvolvendo a função de avaliadora e avaliada).

Nesse sentido, foram analisadas as grelhas de observação de aulas utilizadas no processo de observação e essa análise foi articulada com os testemunhos dos professores (avaliadores e avaliados) que foram parte integrante de todo o processo avaliativo.

Pretendeu-se investigar qual foi a atitude e envolvimento dos avaliadores-professores observados durante o processo de ADD e qual foi a importância

do ciclo de observações para o processo de supervisão escolar e profissional dos professores. A supervisão tem como finalidade melhorar as práticas e promover a mudança da qualidade de ensino, da aprendizagem e das escolas, bem como potencializar uma relação interpessoal dinâmica, ou seja, um processo partilhado e de abertura à mudança. Este novo conceito de supervisão não se coaduna à imagem de supervisor que possui uma posição dominante e com o total poder de decisão (Graça et al., 2010, p.56).

É necessário que o ciclo de observação de aulas no âmbito da ADD seja desenvolvido segundo um processo colaborativo, dinâmico, reflexivo entre supervisor-professor observado de forma a produzir benefícios a nível de desenvolvimento pessoal e profissional para ambos os intervenientes do processo. “A colaboração nas diferentes fases do processo facilita o estabelecimento de um clima de confiança mútua, sinceridade e respeito, clima esse decisivo para a concretização das potencialidades formativas da observação de aulas” (Reis, 2011, p. 19).

Observação de aulas em contexto de ADD: que finalidades?

Estamos conscientes que a escola de hoje está sujeita a novas exigências e desafios e assim o conceito de supervisão distanciou-se bastante da sua formulação inicial (formação inicial de professores), adquirindo uma importância fulcral no quadro da avaliação do desempenho docente, particularmente na observação de aulas.

Segundo Alarcão (2001), a multiplicidade de funções a exercer hoje na escola leva a que a supervisão adquira um novo papel e importância e assim se lhe atribua também a dimensão coletiva. De acordo com esta conceção a supervisão não está só associada à sala de aula, mas a toda a escola, não só aos professores isoladamente, mas aos professores na dinâmica das suas interações entre si e com outros e na responsabilidade pelo ensino, formação, educação, valores que praticam (idem, 2001, p. 18). A mesma autora considera que o objetivo da supervisão é o “desenvolvimento qualitativo da organização escola e dos que nela realizam o seu trabalho de estudar, ensinar ou apoiar a função educativa através de aprendizagens individuais e coletivas, incluindo a formação de novos agentes” (idem, 2001, pp.18 – 19).

A observação de aulas em contexto de avaliação de desempenho deve ser enquadrada num Projeto de Escola. Deve recorrer aos referentes externos que lhe conferem legitimidade normativa e conceptual mas, também, invocar os referentes internos que permitem a autenticidade do dispositivo educativo e o respeito pela identidade da Escola (construção coletiva de sentidos para a observação de aulas).

Neste sentido a observação de aulas deve ser parte integrante de uma avaliação que se desenvolva de forma articulada na Escola e incluir várias dimensões do trinómio avaliação: as aprendizagens dos alunos; a organização escolar (autoavaliação de escolas); o desempenho do docente. Todas estas

dimensões devem ser condicionadas pelos mesmos referentes internos e enquadradas num ciclo de supervisão pedagógica (Reis & Alves, 2009, pp. 3910 – 3912).

Segundo Vieira & Moreira (2011), a expressão supervisão pedagógica é definida como “ (...) teoria e prática de regulação de processos de ensino e de aprendizagem sendo o foco de atenção a sala de aula, podendo reportar-se a situações de autos-supervisão e supervisão acompanhada em qualquer cenário de desenvolvimento profissional, incluindo o da avaliação de desempenho” (idem, 2011, p.11). As autoras defendem o recurso ao modelo de supervisão clínica, como estratégia de supervisão e desenvolvimento profissional sempre que a centralidade da observação é o espaço de sala de aula. Pelo exposto a observação de aulas surge como uma estratégia de formação, por excelência, assumindo um caráter essencialmente formativo e regulador dentro do processo de desenvolvimento curricular da Escola, “a avaliação de desempenho, materializada num ciclo de observações, não fica refém do livre arbítrio dos seus atores, mas indexada a referentes contextuais, internos, que estabelecem o enquadramento da avaliação em torno de princípios e valores subjacentes à conceção dos referenciais internos para a observação” (idem, 2009, p.3912).

Segundo (Goldhammer et al., 1980, citados por Vieira e Moreira, 2011, p. 29) a supervisão clínica apresenta dimensões e características importantes para observação de aulas e nesse sentido deverá: ser orientada por finalidades e combinar necessidades individuais coletivas de desenvolvimento profissional; supor uma relação de trabalho entre supervisor e professor que requer confiança mútua, traduzida em compreensão, apoio e comprometimento nos processos de desenvolvimento profissional; ser sistemática, embora requeira uma flexibilização e atualização constante da sua metodologia; gerar uma tensão positiva no sentido de ultrapassar o desfasamento entre o real e o ideal; pressupor que o supervisor saiba mais do que o professor acerca da instrução e da aprendizagem e requer a formação do supervisor.

Segundo Graça et al., (2010) a avaliação de desempenho pode ser encarada como um processo contínuo de acompanhamento do trabalho dos professores, promover o seu desenvolvimento profissional e identificar áreas em que a formação contínua deve incidir. As escolas ao desenvolverem esta atividade de avaliação dos seus profissionais estão a criar condições que lhes permitem alcançar, de forma mais efetiva, os seus objetivos, de acordo com as suas características e com as necessidades dos seus alunos. Assim, as escolas, antes de darem início ao seu processo de avaliação, deverão construir, internamente, os seus referenciais e indicadores de desempenho, adequando-os à sua especificidade, à tipologia dos seus discentes e aos objetivos que se propõe alcançar.

Segundo os mesmos autores existem três objetivos para que se desenvolva o processo de avaliação de desempenho: desenvolvimento profissional (a ADD fornece à escola informações sobre os seus professores

permitindo também que estes identifiquem as suas potencialidades e áreas que necessitam de melhorar, contribuindo desta forma para a melhoria da qualidade da escola); responsabilização (através da definição de padrões de desempenho, é possível identificar as boas práticas bem como aquelas que carecem de melhoria. Desta forma as escolas poderão desencadear estratégias de melhoria onde todos os professores são corresponsabilizados pela otimização e sucesso das mesmas); motivação (fornecer aos professores o *feedback* construtivo sobre o seu desempenho, verificando-se que este procedimento estimula o desenvolvimento da qualidade dos professores) (idem, 2010, p.21).

É dentro deste quadro de avaliação de desempenho que surge a estratégia de observação de aulas, concebida como uma estratégia privilegiada de formação de professores e de crescimento organizacional. Assim, e de acordo com o quadro normativo que a sustenta, deverão as escolas desenvolver no seu interior os mecanismos que lhes permitam analisar/interpretar/adaptar/contextualizar essas linhas orientadoras/legislativas às suas necessidades específicas enquanto organização, “(...) a observação de aulas enquadrar-se-á num projeto global de escola e contribuirá para o desenvolvimento pessoal e profissional do docente, para a melhoria do serviço educativo prestado e para o incremento do trabalho colaborativo, com vista ao sucesso educativo dos alunos” (Reis & Alves, 2009, p. 3910).

Acreditamos que a observação e a discussão de aulas por um supervisor, poderá ter um papel determinante na melhoria da ação educativa e um impacto positivo no desenvolvimento profissional de professores, ao permitir-lhes potencializar competências metacognitivas, nomeadamente conhecer, analisar, avaliar e questionar a sua prática docente – criação de contextos de supervisão colaborativa. Segundo Cruz (2009), na supervisão colaborativa, ambos os sujeitos (avaliador e avaliado) são professores comprometidos com a autorreflexão das práticas de ensino e de aprendizagem reais e na implementação de experiências conducentes à resolução dos problemas diagnosticados. Assim, a observação de aulas só tem sentido e uma função social e profissional se promover o aparecimento de novas ideias sobre o ensino, e se permitir desenvolver um ambiente de abertura, confronto, diálogo e cumplicidade entre professores (Cruz, 2009, pp. 137-139).

O avaliador/relator deverá ser responsável pelo acompanhamento e supervisão do processo de desenvolvimento profissional do avaliado, com o qual deve manter uma interação permanente no sentido de potencializar e otimizar a dimensão formativa da avaliação do desempenho docente (Graça et al, 2010, pp. 58 – 59)

Segundo Reis (2011), a observação desempenha um papel determinante na melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem, constituindo-se uma fonte de inspiração e motivação e um forte catalisador de mudança na escola.

A observação de aulas surge como um processo essencialmente formativo/colaborativo e contextualizado às necessidades do seu público-alvo – professores e alunos. Apresentam-se algumas das finalidades da observação de aulas propostas por Reis (2010, p.11):

- Diagnosticar os aspetos /as dimensões do conhecimento e da prática profissional a trabalhar/melhorar;
- Adequar o processo de supervisão às características e necessidades específicas de cada professor;
- Estabelecer as bases para uma tomada de decisão fundamentada sobre o processo de ensino e aprendizagem;
- Avaliar a adequação das decisões curriculares efetuadas pelos professores e, eventualmente, suscitar abordagens ou percursos alternativos;
- Proporcionar o contacto e a reflexão sobre as potencialidades e limitações de diferentes abordagens, estratégias, metodologias e atividades;
- Desenvolver diferentes dimensões do conhecimento profissional dos professores.

Cruz (2009, p. 141 - 142) refere que a utilidade da observação de aulas reside fundamentalmente no contributo que daí advém para a auto-avaliação do trabalho do professor (observador e observado). Assim, a observação de aulas deverá ser uma estratégia que os professores utilizam para recolher elementos da sua atuação em contexto de sala de aula e com base nos dados recolhidos desencadear a reflexão crítica sobre a ação (entre supervisor e observado). Por sua vez o supervisor deverá assumir “o papel de promotor de desenvolvimento das capacidades de auto-reflexão num contexto interpessoal construtivo” (idem, 2009, p.142).

Por último, e referenciando novamente Reis (2011, pp. 11 - 19), a observação de aulas deverá ser um processo: de *interação* profissional e essencialmente *formativo*; que visa o *desenvolvimento* individual e coletivo dos professores; que potencializa a *melhoria* da qualidade de ensino e das aprendizagens; *colaborativo* e *diferenciado* (de acordo com as necessidades do professor); que promove a criação de comunidades de aprendizagem dentro da escola; *continuado* e *contextualizado* de desenvolvimento pessoal e organizacional; *colaborativo* entre supervisor-professor (que promova o desenvolvimento pessoal e profissional de ambos).

Tipos de observação de aulas: informal e formal

A observação de aulas, independentemente da tipologia utilizada (informal ou formal) visa compreender e analisar as estratégias e metodologias de ensino utilizadas, as atividades educativas implementadas, as interações professor-aluno, diagnosticar um problema, encontrar e testar possíveis soluções para o problema, entre outras.

As observações de caráter informal definem-se por visitas de curta duração (podem oscilar entre 15 a 20 min e cerca de 2 min) onde o supervisor entra e sai da sala de aula sem aviso prévio e sem utilizar grelhas de observação. Segundo vários autores, e como refere Reis (2011, pp. 13 - 14), o método de *Downey walk-through* (visitas de cerca 2-3 min.), apresenta um impacto positivo em termos educacionais e tem como objetivo principal promover o crescimento profissional do observado. Nesse sentido, o supervisor deverá formular uma questão de debate e/ou comentário que estimule no professor a reflexão sobre as suas práticas, potencializando desta forma a predisposição para a melhoria e para o crescimento profissional do observado. Todas as visitas, independentemente da sua duração e do método superviso utilizado, deverão ser complementadas com uma reunião de discussão sobre os aspetos observados e suas inferências para futuras ações educativa e melhoria do serviço educativo prestado.

Reis (2011, p. 14), apresenta uma listagem com algumas orientações para a observação informal de aulas, destacando-se as seguintes ideias: todos os professores beneficiam da observação informal das suas aulas, logo deverá ser uma prática a privilegiar com frequência e com consistência ao longo da sua carreira. Nestas visitas é importante estabelecer um foco de observação que assegure a obtenção de informações ricas e relevantes, apesar da brevidade das visitas. Todas estas observações deverão ser complementadas com o fornecimento do *feedback* por parte do supervisor. Nesse sentido deverão ser realizadas reuniões de trabalho entre supervisor-professor com o objetivo de refletirem em conjunto sobre a observação efetuada e estimular futuras observações. “A qualidade das questões para reflexão, as sugestões e os comentários apresentados têm um impacto decisivo no grau de reflexão e de desenvolvimento profissional suscitado” (Reis, 2011, p.14).

As observações formais, requerem outro tipo de preparação e de planeamento para a sua concretização e são fortemente influenciadas pelo método de supervisão clínica (observação-reflexão-ação, sobre a prática profissional em contexto de sala de aula) o que envolve a repetição cíclica de uma sequência de fases (pré-observação, observação e pós-observação). A observação de aulas surge como uma estratégia supervisiva colaborativa entre supervisor-professor durante as três fases do processo e representando benefícios mútuos para ambos os intervenientes: potencializar o desenvolvimento pessoal e profissional – enfoque nas dimensões formativas da observação de aulas.

Segundo vários autores, destacando Reis (2011) e Vieira & Moreira (2011) o ciclo de observações é constituído por três etapas que se apresentam de forma resumida:

- 1) **Pré-observação:** negociação das regras para a observação; selecionar /adaptar instrumentos de observação (global ou focalizada); análise e discussão do plano de aula (com

caracterização/especificidades da turma); motivar o professor para a observação (postura pró-ativa/reflexiva).

- 2) **Observação:** recolha de informação de acordo com os focos específicos a observar (definidos com o professor); seleção das metodologias a utilizar (registos descritivos/interpretativos); seleção /conceção dos instrumentos de recolha de dados a utilizar (grelhas de observação, listas de verificação, escalas de classificação, mapas de registos).
- 3) **Pós-observação:** analisar os dados recolhidos e registados durante a observação; refletir sobre o significado dos dados recolhidos; fornecer *feedback construtivo* que vise o desenvolvimento pessoal e profissional do professor; definir prioridades para as próximas observações; negociar metas de aprendizagem e de melhoria das práticas (construção de sentidos).

Consideramos que o processo de observação de aulas só terá um impacto positivo e renovador no processo de crescimento pessoal e organizacional se todos os atores educativos e lideranças em geral lhe reconhecerem validade e caráter formativo, contextualizando-o às necessidades e especificidades de cada organização educativa – ser parte integrante das suas metodologias de supervisão organizacional.

Segundo Reis (2011) “a observação de aulas deverá sempre integrar-se num processo continuado e contextualizado de desenvolvimento pessoal e organizacional, orientado por ideias claras e explícitas sobre o ensino e a aprendizagem” (idem, p.17).

Supervisor e professor observado: funções e competências

De acordo com o Decreto Regulamentar nº 2/2010 de 23 de junho, é ao avaliador/relator que cabe a função de supervisão de toda a atividade docente, nomeadamente a responsabilidade última sobre o processo de avaliação de docentes.

Segundo Wiles & Bondi (2000, citados por Graça et al., 2010, p. 57) para o exercício das funções supervisivas é necessário que o supervisor/relator tenha conhecimentos nessa área de especialidade, bem como possua competências que se relacionam com a tomada de decisões e de gestão, o planeamento e a monitorização das atividades, as competências de investigação, realçando também as competências de formação pessoal bem como a capacidade para a discussão e aconselhamento resultantes de todo o processo superviso. Considera-se que cabe ao avaliador/relator incentivar a mudança e a melhoria da prática, ajudando a diagnosticar a realidade e a ultrapassar eventuais problemas, sempre segundo uma perspetiva de corresponsabilidade e de interajuda, informando, questionando, sugerindo, avaliando, encorajando o professor que está a ser observado.

Segundo Reis (2011, p. 17), o supervisor desempenha um papel de modelo e assim deverá possuir competências ao nível da vertente pessoal

(relação interpessoal e de comunicação) e ao nível da vertente profissional (forte credibilidade como profissional e capacidade de saber ouvir, encorajar, organizar, acompanhar todo o processo supervisoivo).

Apresentam-se de seguida algumas das funções a desempenhar pelo supervisor durante o ciclo de observação de aulas, apresentadas por Reis (2011, p. 20):

1-Pré-observação

- Clarificar os objetivos da observação;
- Reunião com o professor no sentido de discutir os objetivos da aula, estratégias a utilizar para concretizar esses objetivos, a integração da aula a observar no currículo e planificação da disciplina, as propostas de diferenciação previstas tendo por base as características e ritmos dos alunos, entre outras;
- Discussão sobre os aspetos/dimensões em que o professor gostaria que se centrasse a atenção do supervisor;
- Explicitação, por parte do supervisor do que irá fazer durante a observação;
- Definição/marcação de uma data e hora para a reunião de *feedback*.

2-Durante a observação

- O supervisor deverá ser um agente que não perturbe a aula (reduzir o impacto da sua presença e só participar se for solicitada a sua intervenção);
- Registar as observações de acordo com as grelhas previamente estabelecidas;
- Registar as suas impressões e questões sobre aspetos que quer abordar com o observado (registos devidamente documentados e contextualizados) na reunião de *feedback*.

3-Após a observação

- Reconstruir, com o professor, o que aconteceu na aula (levar o professor a refletir e apresentar os pontos fortes e fracos da sua aula, bem como as situações atípicas que podem ter ocorrido, no seu entender);
- O supervisor deve ser claro e centrar-se em situações concretas da aula (descrevendo os comportamentos observados em vez de os etiquetar e/ou avaliar);
- A sua intervenção nesta fase do processo deverá ter sempre presente os comportamentos observados e os que considera que o professor observado tem a capacidade e a possibilidade de os modificar;
- Apresentar sugestões construtivas e que potencializem o carácter formativo do ciclo da observação de aulas que supervisionou.

Por sua vez o professor avaliado deve interagir com o supervisor no sentido de proporcionar evidências sobre o seu desempenho (mostrar evidências pertinentes e relevantes para a sua avaliação) e proceder à sua autoavaliação numa lógica de continuidade e de melhoria progressiva do seu desempenho. “Nesse sentido, o professor avaliado deve observar e analisar o seu desempenho, numa perspetiva de professor reflexivo que constrói os significados da sua prática, identificando os seus pontos fortes, para os poder partilhar, e reconhecendo os seus pontos fracos, para procurar estratégias de superação e solução, entre as quais, a formação que conduza ao seu desenvolvimento profissional” (Graça et al., 2010, p. 58).

Segundo Reis (2011, p. 20) as funções a desempenhar pelo professor, durante o ciclo de avaliação, são as seguintes:

1-Pré-observação

- Preparar-se para a reunião com o supervisor no sentido de discutir as regras de observação, os objetivos da aula, estratégias a utilizar para concretizar esses objetivos, a integração da aula a observar no currículo e planificação da disciplina, as propostas de diferenciação previstas tendo por base as características e ritmos dos alunos, entre outras;
- Discussão sobre os aspetos/dimensões em que gostaria que se centrasse a atenção do supervisor;
- Informar o supervisor sobre o local onde gostaria que ele se sentasse, bem como o tipo de intervenção que este poderá ter na aula.

2-Durante a observação

- Apresentar o supervisor aos alunos, explicando o objetivo da sua presença na sala de aula;
- Logo após terminar a aula o professor deverá anotar as suas reflexões sobre a forma como esta decorreu no sentido de poder discutir de forma consistente e fundamentada a observação da mesma com o supervisor.

3-Depois a observação

- Reconstruir, com o supervisor, o que aconteceu na aula (refletir e apresentar os pontos fortes e fracos da sua aula, bem como as situações atípicas que podem ter ocorrido, no seu entender);
- Solicitar comentários e sugestões construtivas sobre aspetos específicos.

Análise das grelhas de observação de aulas em contexto de ADD

Na nossa investigação foram objeto de análise as grelhas de observação utilizadas no âmbito da Avaliação de Desempenho Docente (ADD), em duas escolas A e B, onde desenvolvemos a atividade de avaliadora e avaliada. É de referir que os dados apresentados resultaram: da nossa experiência como avaliadora e avaliada; da análise documental dos instrumentos utilizados nas duas organizações; de conversas formais e informais com a comunidade

docente nas escolas A e B (avaliadores/relatores e avaliados de ambas as escolas).

As grelhas de observação de aulas (Escola A e B) constituem os anexos I e II respetivamente.

Apresentam-se de seguida as tabelas 1 e 2 que pretendem apresentar de forma clara e objetiva os dados resultantes da nossa análise reflexiva e crítica dessa ferramenta de trabalho - grelhas de observação de aulas, evidenciando também os pontos fortes e fracos que estas apresentam, na nossa opinião. É de referir ainda que a análise dos pontos fortes e fracos das grelhas de observação de aulas foi feita no seu todo (Escola A e B simultaneamente) uma vez que se verificou que, apesar do seu aspeto formal ser algo diferente, apresentam a mesma linha/orientação no tocante à sua constituição/formulação de dados e orientações metodológicas.

Caraterização da amostra nas Escolas A e B:

Escola A – 8 avaliadores/relatores e 15 avaliados;

Escola B – 6 avaliadores/relatores e 6 avaliados.

Quadro I

Apresentação dos resultados resultantes da análise das grelhas de observação

Análise das grelhas de observação de aulas	
Escola A	Escola B
<ul style="list-style-type: none">▪ Aspeto gráfico funcional e de fácil preenchimento;▪ Documento estruturado de forma a reduzir a subjetividade do avaliador (Dimensões-Domínios-Indicadores-Instrumentalização-Observações);▪ O referencial de avaliação está construído em torno de três domínios (não explicita o <i>B4. Processo de avaliação das aprendizagens dos alunos</i>);▪ A cada domínio está associado um ou mais indicadores que materializam a excelência do desempenho docente (Despacho nº 160347/ 2010);▪ Os indicadores são objetivos, curtos e claros. Salienta-se a presença/clarificação, sempre que necessária, da explicitação do indicador (entre parêntese e de forma exemplificativa);▪ Apresenta um espaço organizado para a análise/reflexão descritiva da aula (pontos fortes-aspetos a melhorar-sugestões e recomendações).	<ul style="list-style-type: none">▪ Aspeto gráfico funcional e de fácil preenchimento;▪ Documento estruturado de forma a reduzir a subjetividade do avaliador (Dimensões-Domínios-Critérios-Indicadores-Instrumentalização-Observações);▪ O referencial de avaliação está construído em torno dos quatro domínios;▪ Cada domínio possui um ou mais critérios de avaliação (recurso a palavras chave/adjetivação);▪ A cada critério está associado um ou mais indicadores que materializam a excelência do desempenho docente (Despacho nº 160347/ 2010);▪ Os indicadores são objetivos estão definidos a partir de uma frase clara e curta que os explicita;▪ Apresenta um espaço organizado para a análise/reflexão descritiva da aula (pontos fortes-pontos a melhorar-capacidade de reflexão e de melhoria da

	sua prática).
--	---------------

Quadro II

Apresentação dos pontos fortes e fracos presentes nas grelhas de observação

Análise das grelhas de observação de aulas (Escola A e B)

Pontos fortes	Pontos fracos/a melhorar
<ul style="list-style-type: none">▪ Apresentam uma estrutura simples, clara e de fácil preenchimento;▪ Apresentam indicadores objetivos e pouco “colados”, em termos de escrita, aos textos complexos presentes nos normativos que implementam a ADD;▪ Preocupação de reduzir a subjetividade da avaliação feita pelo avaliador (indicadores claros, simples e objetivos e observ. real em contexto de sala de aula);▪ Apresentam uma estrutura que permite também o registo descritivo, reflexão e fundamentação no preenchimento da grelha da observação;▪ Possuem um espaço para reflexão e evidência fundamentada, dos pontos fortes e dos que carecem de melhoria, bem como promover no avaliado a reflexão sobre a reorganização e melhoria de todo o processo.	<ul style="list-style-type: none">▪ Não apresentam na sua estrutura os focos de observação, bem como questões orientadoras para a sua observação e registo;▪ Apresentam apenas as dimensões impostas pelos normativos legais – fator redutor num processo de supervisão e crescimento profissional;▪ Grelhas fechadas no tocante à avaliação de outras observações pertinentes (observ. focada e/ou circunstancial) e com valor pedagógico vivenciadas na aula observada;▪ Construção da grelha não de acordo com as finalidades/propósitos de uma avaliação formativa... “valor formativo questionável”;▪ Grelhas coladas aos parâmetros de avaliação de desempenho- reduz o caráter formativo da observação.

Considerações finais sobre o processo de observação de aulas investigado: percepções dos intervenientes...

Foi nosso interesse investigativo auscultar as opiniões e “estados de alma” dos intervenientes (avaliadores e avaliados) em todo o processo de preparação, implementação e conclusão deste ciclo avaliativo em contexto de ADD. Em ambas as escolas o processo foi calendarizado e dado a conhecer a toda a comunidade docente.

Para a construção das grelhas de observação de aulas, em ambos os casos, foi solicitada a opinião dos professores e nesse sentido estes documentos foram analisados em reuniões de Departamento Curricular. Todas as opiniões e fundamentações dos professores foram transmitidas pelos coordenadores, verificando-se que os documentos finais apenas refletiam a opinião e sugestões da Comissão de Coordenação da Avaliação de Desempenho (CCAD). O ciclo de observações foi totalmente implementado, em termos de reuniões, conforme explicitam os normativos legais (antes-durante-após as observações de aula). Os documentos utilizados em ambas as escolas, foram quase na generalidade dos casos, preenchidos pelos avaliadores e dados a conhecer aos avaliados – perguntando: “concordas com a tua avaliação?”.

Nesse sentido não houve a preocupação, na grande maioria dos casos de partilhar, analisar, clarificar, fundamentar os registos apresentados nas grelhas de observação. Verificou-se da observação das grelhas, após o seu preenchimento, que os campos de análise descritiva e reflexiva, quando preenchidos, revelavam pouco empenho e reflexão no sentido da supervisão e melhoria das práticas letivas. Também nestes casos não foram discutidos e explicitados aos avaliados os registos efetuados pelos avaliadores - processo estanque e redutor (fechado sobre si próprio).

Tal como foi referido pela quase totalidade dos professores, só em situações muito pontuais é que houve a preocupação de fornecer ao avaliado, na reunião pós-observação, o feedback construtivo no sentido da sua melhoria e/ou otimização e diversificação das suas potencialidades pedagógicas – carácter formativo da avaliação. Referiram que estas situações só foram vividas em casos muito especiais/excecionais onde avaliador e avaliado já se conheciam há muito tempo e existia uma grande cumplicidade de trabalho para além do facto de os observados reconhecerem mérito e grande profissionalismo ao seu avaliador.

Pelo exposto considera-se que nas Escolas A e B As lideranças e comunidade docente em geral não reconheceram, ao processo de ADD, vantagens e valor acrescentado no tocante à valorização e melhoria da organização escolar e das suas práticas pedagógicas/desenvolvimento profissional. Referiram/interiorizaram que todo o processo não teve qualquer conteúdo/valor formativo, considerando que se regeu segundo uma visão instrumentalista da avaliação e ao serviço de uma máquina administrativa e burocrática da organização-estado (processo com carácter meramente administrativo e com a finalidade de dar cumprimento a um normativo legal).

Verbalizaram também que se tratou de um processo gerador de conflitos “implícitos” e “explícitos” dentro destas comunidades escolares, onde o professor observado teve um papel passivo e a observação de aulas (duas) foi um ato isolado de avaliação sumativa, determinante para a avaliação de desempenho do professor e não como mais uma etapa dentro do ciclo de observação desse docente (consideram que todo o processo foi monitorizado segundo uma dimensão meramente sumativa, estandardizada e punitiva - juízo de valor – atribuição de níveis de desempenho).

Que papel desempenhou a observação de aulas em contexto de ADD? Função classificatória ou emancipatória?

Após termos sido investigadores ativos e parte integrante no processo de observação de aulas nas duas escolas que foram objeto de estudo, consideramos que todo o processo foi conduzido e implementado segundo uma **função meramente classificatória**.

Esta inferência resulta da nossa convicção de que apenas houve a preocupação por parte das lideranças de topo e intermédias de articular

esforços e sinergias no sentido de operacionalizar e “dar rosto” a mais um normativo emanado da tutela. Os professores (avaliadores e avaliados) e lideranças tiveram a preocupação de operacionalizar com rigor todas as etapas do processo (reuniões de pré-observação, observação e pós-observação) e dar a conhecer os documentos e calendarização que sustentavam a observação de aulas – processo meramente sumativo e avaliativo com repercussões no percurso/graduação dos docentes – caráter subjetivo e punitivo. Stronge (2010), citando Bacharach, et alii, refere que a avaliação de desempenho docente está frequentemente reduzida a uma função meramente burocrática, geradora de conflitos e mal-estar entre os professores e direções das escolas, que acabam por levar à desconfiança mútua, comprometendo assim todo o processo e desvirtuando a função última da avaliação: o incremento da melhoria e da qualidade (idem, 2010, pp. 29 – 30).

Consideramos que o processo de observação de aulas foi redutor, contextualizado apenas à observação de duas aulas, “fechado sobre si próprio” pois todos os agentes educativos não lhe reconheceram validade e com potencialidades para desencadear, no interior de cada organização, um processo de supervisão formativa e de melhoria da organização e da ação educativa prestada pelos seus profissionais.

Segundo Alarcão & Tavares (2003) é fundamental que o clima de desconfiança, associado às estratégias supervisivas, dê lugar a uma relação de supervisão da prática educativa, onde a auto e heterosupervisão participadas e comprometidas entre os professores permitam, contribuir para o crescimento e melhoria da sua atividade de ensino e educação, numa escola que, também ela se encontra num processo de desenvolvimento e aprendizagem. Assim, e segundo Reis (2011) a observação de aulas surgirá como um processo de interação profissional e constituir-se-á como parte integrante de um processo continuado e contextualizado de desenvolvimento pessoal e organizacional. Todo este processo deverá ser alicerçado em ideias claras e explícitas sobre o ensino e a aprendizagem, sendo desta forma um pilar estruturante para a discussão e a melhoria das práticas dos professores (idem, 2011, pp. 11 - 17).

Assim, e a partir da nossa observação participada e testemunhos recolhidos, somos levados a concluir que as dimensões de supervisão pedagógica e colaborativa, a melhoria da ação educativa, a construção coletiva de sentidos para a observação de aulas, o crescimento organizacional, entre outras, não foram potencializados e operacionalizados neste processo de observação de aulas no âmbito da ADD.

CONCLUSÃO

Ao refletirmos sobre o desenvolvimento do processo de avaliação de desempenho docente, tal como decorreu nos nossos contextos escolares, somos levados a concluir, antes de mais, que o peso da dimensão sumativa e do caráter burocrático da avaliação é ainda muito evidente.

Porém, parece-nos que, apesar de regulado pelos mesmos normativos, o processo de avaliação docente fica, por vezes, “ao sabor” das perceções e sensibilidades de cada liderança organizativa, sendo contextualizado de formas diferentes.

Consideramos, que o caráter formativo e de crescimento/valorização profissional deveriam ser a tónica de um processo que se quer dinâmico, promotor da reflexão e partilha de experiências educativas.

Para tal é necessário tempo, acompanhamento/supervisão pedagógica e implicação direta dos professores. Estes deverão sentir-se implicados e reconhecer mérito e competência técnico-pedagógica a quem acompanha todo o processo.

Para isso, é importante a constituição de um corpo de professores especializados que possam acompanhar, numa cultura colaborativa, o processo de avaliação de desempenho docente, numa perspetiva de melhoria.

A observação de aulas surgirá como mais um elemento de supervisão pedagógica onde a implicação dos intervenientes é determinante para o sucesso do processo. Este envolvimento e atitude pró-ativa passará também pela reflexão, experimentação, reconstrução dos próprios instrumentos supervisivos que se querem claros, diversificados (grelhas abertas, registos descritivos e interpretativos, grelhas de verificação, entre outras), contextualizados e que reflitam as “observações em ação”.

Pensamos que é necessária uma calendarização mais alongada e supervisionada do processo de avaliação docente, permitindo a reflexão e o desenvolvimento profissional que os normativos preconizam.

Assim, concluímos que o profissionalismo docente e a autonomia da classe passam, necessariamente, pela supervisão pedagógica, enquanto especialização docente que permite um melhor acompanhamento, contribuindo, portanto, para o desenvolvimento profissional de avaliador e avaliado.

Nesse sentido a observação de aulas no âmbito da ADD, poderá surgir como uma função emancipatória da classe docente... Para tal é necessário que a organização a reconheça como um contributo para o seu crescimento e processo de mudança. Nesse sentido deverá ser enquadrada no projeto/identidade da Escola e no seu processo de autonomia.

Por último, a comunidade docente deverá reconhecer-lhe valor acrescentado, e percecionar a observação de aulas como mais um elemento a monitorizar no processo de supervisão pedagógica dos professores e organização escolar – *escola aprendente e dialógica*.

Existirá um longo caminho a desenvolver... Fica o desafio...

BIBLIOGRAFIA

- Alarcão, I. (2001). *Escola reflexiva e Supervisão. Uma escola em desenvolvimento e aprendizagem*. Porto: Porto Editora.
- Alarcão, I. & Tavares, J. (2003). *Supervisão da Prática Pedagógica. Uma perspetiva de desenvolvimento e aprendizagem*. Coimbra: Livraria Almedina. 2ª ed.
- Cruz, Isabel M. (2009). *Observação de Aulas: Estratégias de Desenvolvimento Profissional*. Revista ELO 16, pp. 137-145.
- Formosinho, J. O. (2002). *A Supervisão na formação de professores I – Da sala à Escola*. Porto Editora, pp. 166 – 237.
- Formosinho, J. O. (2002). *A Supervisão na formação de professores II – Da Organização à Pessoa*. Porto Editora, pp. 134 – 194.
- Graça, A. et al., (2010). *Avaliação de Desempenho Docente*. Lisboa Editores.
- Reis, Paulo M. J. & Alves, Maria P. C. (2009). *Observação de Aulas em Contexto de ADD: um projeto de escola à procura dos referentes*. Atas do X Congresso Internacional Galego-português de Psicopedagogia. Braga: Universidade do Minho, pp. 3910 – 3923.
- Reis, Pedro (2011). *Observação de aulas e avaliação do desempenho docente*. Ministério da Educação–Conselho Científico para a Avaliação de Professores. Caderno do CCAP–2.
- Silva, H. S. & Loureiro, A. (2010). *A supervisão: funções e competências do supervisor*. EDUSER: Revista de Educação, Vol. 2(1), pp. 37 – 51.
- Stronge, James H. (2010). *A Avaliação de professores numa perspetiva internacional*. Capítulo I *O que funciona, de facto, na avaliação de professores: Breves considerações*, pp. 24 – 43. Coleção Saberes Plurais.
- Vieira, F. & Moreira, M. A. (2011). *Supervisão e avaliação do desempenho docente – para uma abordagem de orientação transformadora*. Ministério da Educação – Conselho Científico para a Avaliação de Professores. Caderno do CCAP – 1.

Legislação Consultada:

- Decreto Regulamentar nº 26/2012 de 21 de fevereiro
- Decreto Regulamentar nº 2/2010 de 23 de junho
- Decreto-Lei 41/2012, de 21 de fevereiro
- Decreto-Lei 75/2010, de 23 de junho
- Decreto-Lei 270/2009, de 30 de setembro